

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E ORALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DOS CONTOS POPULARES NAS ESCOLAS DO CAMPO

*EDUCACION IN RURAL AREAS AND ORALITY: CONTRIBUCIONES FROM THE FOLK TALS IN SCHOOLS IN RURAL AREAS*

*EDUCACIÓN EN EL CAMPO: CONTRIBUCIONES DE LOS CUENTOS POPULARES EN LAS ESCUELAS DEL CAMPO*

**Clarice Gonçalves Rodrigues Alves**

Professora de História do IFRR, [clarice.duarte@ifrr.edu.br](mailto:clarice.duarte@ifrr.edu.br)

Sérgio Luis Lopes

Doutor em Educação, Professor UFRR, [serlupez@yahoo.com.br](mailto:serlupez@yahoo.com.br)

Héctor José García Mendoza

Doutor em Educação, Professor UFRR, [hector.mendoza@live.com](mailto:hector.mendoza@live.com)

### RESUMO

A educação do campo tem suas peculiaridades, exigindo que o educador que atua nesta modalidade de ensino execute práticas pedagógicas que relacionem conteúdos disciplinares com o cotidiano dos educandos, que provoque questionamentos sobre o mundo do trabalho, sobre suas interações com a sociedade, sobre sua percepção de si e do meio circundante. O presente artigo pretende analisar as contribuições da oralidade na educação do campo. As análises surgiram dos resultados projeto de ensino, pesquisa e extensão “Conte Comigo”, executados entre 2013 e 2015, no Instituto Federal de Roraima- Campus Novo Paraíso (IFRR-CNP) e nas escolas na zona rural dos municípios de Caracará e Rorainópolis, ambos localizados no sul do estado de Roraima.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Oralidade. Mediação cultural. Contos populares. Leitura.

**ABSTRACT**

Educational in rural areas has its own peculiarities, which require the educator who works in this kind of teaching to execute pedagogical practices that relate disciplinary content with the daily lives of students, leading questions about the world of work, on their interactions with society, on their perception of themselves and on the surrounding environment. This article aims to analyze the contributions of orality in education in rural areas. The analysis emerged from the results of an educational project research called “Tell Me”, carried between 2013 and 2015, in the Federal Institute of Roraima- Campus New Paradise (IFRR-CNP) and schools in rural areas of the municipalities of Caracará and Rorainópolis, both located in the southern area of the state of Roraima.

**Keywords:** Educational in rural areas. Orality. Cultural mediation. Popular Stories. Reading.

**RESUMEN**

La educación en el campo tiene sus peculiaridades, exigiendo que el educador que actúa en esta forma de enseñanza tenga prácticas pedagógicas que relacionen los asuntos disciplinares con el cotidiano de los alumnos exigiendo que el educador que actúa en esta forma de enseñanza tenga prácticas pedagógicas que relacionen los asuntos disciplinares con el cotidiano de los alumnos, que provoquen cuestionamientos sobre el mundo del trabajo, sobre sus interacciones con la sociedad, sobre su percepción de sí mismo y del medio que lo circunda. El presente artículo pretende analizar las contribuciones de la oralidad en la educación en el campo. Los análisis surgieron de los resultados de un proyecto de enseñanza, pesquisa y extensión “Cuento Conmigo”, realizados entre 2013 y 2015, en el Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso (IFRR- CNP) y en las escuelas de la zona rural de las municipalidades de Caracará y Rorainópolis, ambas localizadas en el sur del estado de Roraima.

**Palabras-clave:** Educación en el campo. Oralidad. Mediación cultural. Cuentos populares. Lectura.

**Introdução**

A educação do campo no Brasil tem sofrido mudanças significativas que contrapõem o descaso sofrido historicamente por esta modalidade de ensino, seja em nível municipal, estadual ou federal. A dificuldade de acesso; a falta de professores, de materiais didáticos e de investimentos; a dissociação entre currículo e necessidades reais dos educandos e o uso de ferramentas e metodologias específicas ainda são problemas vivenciados por muitas escolas do campo. Em contrapartida, no cotidiano escolar, existe o esforço e a dedicação de profissionais de escolas rurais, agrotécnicas, cursos de graduação e pós-graduação para melhorar o ensino nas áreas rurais.

A reflexão sobre as possibilidades da educação do campo é um elemento funda-

mental para que, a partir desta, ocorram mudanças, seja em nível pessoal, exemplificado do planejamento de determinado professor pautado na realidade social dos alunos, seja nas lutas e reivindicações de movimentos sociais e instituições que ampliam a discussão para o âmbito político.

No contexto nacional, nota-se uma contradição no resultado das políticas públicas, apontando ora avanços, ora retrocessos. Podemos exemplificar os ganhos com o aumento do número de Institutos Federais e Escolas Agrotécnicas, programas como Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Contudo, conforme dados fornecidos pelo Ministério da Educação, o número de matrículas na educação básica está diminuindo nas áreas rurais e aumentando nas áreas urbanas. O censo escolar de 2003 registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas; em 2013, foram 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas.

O projeto de Lei da Câmara 98/2013 explicita este conflito. Ele altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Ao dificultar o fechamento destas escolas, aponta a problemática do fechamento das mesmas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica estabelecem Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo e apresentam uma Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Os textos abordam temas como: adaptação dos currículos e dos calendários, expansão do atendimento e interiorização do ensino, valorização docente.

É possível assinalar que a nossa sociedade ainda incorre no erro de dissociar economia e educação, como se os homens – responsáveis pela produção de riqueza – não fossem o elemento fundamental para que esta exista. Portanto, os educadores e a comunidade escolar necessitam repensar as escolas do campo e buscar elementos teóricos que permitam construir um planejamento organizacional efetivo e contínuo, que faça a convergência de interesses pessoais e sociais e que seja pautado na realidade e nas especificidades do meio rural. Este artigo busca ampliar a discussão sobre o que é a escola

do campo, sobre seus desafios e, através de uma proposta pedagógica baseada nos contos populares, evidenciar a necessidade de integrar escola e comunidade, sobretudo no meio rural.

### **Rumos da escola do campo na atualidade enquanto espaço de trocas**

A escola do campo precisa ser entendida como espaços de trocas e proximidades. Para Paludo (2008, p.49), a Educação do Campo “é um marco ontológico, pois tem o ser humano como centro e considera todos os seres humanos construtores de saberes, valores e cultura”. Deve-se compreender a necessidade de romper os muros da escola e promover o diálogo com a comunidade para a construção e fortalecimento das instituições de ensino. O poder da iniciativa, a cooperação e a participação coletiva devem ser incentivados para que os direitos do sujeito do campo sejam respeitados e para que não haja uma mera reprodução da educação urbana. A resolução nº2, de 28 de abril de 2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, e pontua:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. § 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. § 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. § 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular. § 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria. § 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica,

preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

A escola do campo precisa tornar-se um ponto de convergência, onde famílias e demais núcleos comunitários possam fortalecerem-se mutuamente. A participação e o envolvimento dos pais, ex-alunos e demais instituições são valiosos para o fortalecimento de laços comunitários e institucionais, fato que repercute na educação, uma vez que as escolas que conseguem aproximar-se da comunidade, geralmente, são as que produzem melhores resultados.

A Educação do Campo deve contribuir para a memória coletiva e o sentimento de pertencimento da coletividade onde está inserida, portanto, a comunidade escolar deve repensar seu papel e seu direcionamento pedagógico e valorizar o saber social presente neste espaço. Saber social entendido como “o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são produzidas pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses” (GRZYBOWNSKI apud LEITE, p.81). Porém, será que docentes e discentes compreendem quais os saberes sociais deste espaço? Será que tem clareza dos interesses e os objetivos da educação do campo? O primeiro passo para repensar a escola do campo é suscitar questionamentos nos educadores e nos educandos para que compreendam quais saberes devem ser explorados e revalorizados no cotidiano escolar.

(...) como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p.16).

Temáticas relacionadas ao trabalho, à produção, à sustentabilidade, aos direitos humanos precisam compor os currículos das escolas do campo, para que estas sejam ressignificadas e promovam a formação e a transformação dos sujeitos. Os diálogos educacionais devem produzir questionamentos e incitar que, tanto educadores quanto educandos, refli-

tam sobre o que deve ser conservado, eliminado ou reformulado em suas práticas sociais e profissionais, uma vez que o processo educativo é gradual e inconcluso.

Não há docência sem discência, as duas se explicam a seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. É por isso que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede objeto *direto* – *alguma coisa* – e um objeto *indireto* – a alguém (PAULO FREIRE, 2013, p.25)

Ao verificarmos que docência e discência são indissociáveis, devemos entender que todos somos aprendizes e que, assim como o aluno necessita ampliar sua compreensão sobre si e sobre o mundo para nele melhor atuar, o professor também deve sentir-se um ator social indispensável no processo de transformação social. O ato de ensinar e o processo de aprendizado envolvem o espaço (escola), os sujeitos (educadores e educandos) e as ações (individuais e coletivas). Assim como a escola precisa ser do sujeito; este sujeito precisa estar preparado para a vida.

O educador precisa perceber-se enquanto sujeito propositivo, cuja competência é oportunizar que os alunos alcancem uma consciência crítica de si e do mundo; e colaborar para a construção de uma educação do campo condizente com a realidade dos educandos; devem estar atentos às peculiaridades de seus educandos, sobre os conteúdos culturais manejados em sala de aula e na real necessidade de apreensão destes saberes pelos alunos. Atendo-se a estas observações, educadores e educandos podem realmente refletir sobre e a partir de conteúdos que questionem as relações sociais, políticas e econômicas de seu meio.

Para Leite (2002, p.76), “no meio rural, trabalho e escola são responsáveis pela continuidade ou não de processos sócio-culturais e de produção, como o próprio trabalho, a convivência grupal e outros tantos valores”. Sendo assim, os educadores devem repensar os conteúdos abordados nas escolas rurais, para não reproduzir hábitos, padrões e costumes de nossa sociedade capitalista que desconsideram a riqueza das relações sociais. É necessário valorizar a autonomia, a criticidade, as trocas coletivas e tornar a sala de aula um espaço de fala e expressividade.

Atualmente, algumas instituições têm percebido a escola do campo como um agente de mudança, um espaço coletivo de criação e recriação permanentes, que qualifica os agricultores e seus filhos para o trabalho e para a vida. Nestas, a prática pedagógica está fundamentada na criticidade e na reflexão, fugindo da reprodução de modelos e normas que não condizem com as necessidades dos sujeitos contemporâneos, pois: “(...) ao mesmo tempo que condenam no discurso, o pragmatismo e o materialismo dos novos tempos, as escolas parecem ter esquecidos sua parcela de responsabilidade na formação humanista dos alunos” (PINSKY, 2013, p.19). Para as escolas do campo tornarem-se lugares abertos à diferença, ao respeito e à cidadania, precisam tornar-se “escolas do sujeito”; e as ações educacionais devem ser entendidas como espaços de trocas e proximidades.

O espírito da modernidade não poderia ficar à margem do mundo que deseja conhecer e transformar, não pode contornar o cotidiano, embora seja para auscultá-lo. Para libertar os indivíduos e fazê-los autônomos, é preciso situá-los como seres conscientes das coordenadas concretas nos quais vivem. Uma compreensão que deve aproximar-se não apenas da realidade natural e social, mas também dos significados que povoam as crenças do presente para depurar os esquemas espontâneos criados, de compreender o mundo e ir obtendo cotas de racionalidade contrastadas com os demais. Não se trata de reviver o que os outros viveram e pensaram, mas de ler com eles o tempo e o mundo atuais (IMBERNÁN, 2000, p.5).

Este esforço de relacionar educação e saber social que está presente nos projetos pedagógicos de algumas instituições devem estender-se à toda a escola rural. O cotidiano da educação do campo precisa pautar-se numa visão de conjunto, permitindo que a escola seja um espaço de convivência e troca cultural. Espaço que consiga apreender valores positivos presentes no dia a dia do ambiente rural, como solidariedade, afetividade, respeito à natureza e conectá-lo com propostas e conteúdos disciplinares, inter e transdisciplinares que provoquem diálogos e permitam a construção de conhecimentos significativos. Carlos Rodrigues Brandão nos convida a valorizarmos as interações e o sentimento sistêmico de nós mesmos, elementos essenciais e tão presentes no cotidiano do homem do campo:

Se nas ciências da natureza, da pessoa e da sociedade há algo que esteja seguindo um rumo equivocado e perigoso, um dos motivos pode ser a perda da compreensão das interações entre todas as coisas, entre todos os planos, entre o tudo do

todo que somos, estrelas e flores, astros e pessoas, astros e pessoas, partes de uma mesma teia da vida, fração de uma mesma tessitura do universo. Um outro motivo pode ser a perda do sentido das interações, integrações e indeterminações que existem dentro de nós mesmos, seres humanos, pois, ao perdermos o sentido e o sentimento sistêmico do todo de tudo, perdemos também a sensibilidade de que nós mesmos somos uma totalidade de corpo e espírito, de sentimento e pensamento, de emoção e razão. (BRANDÃO, 2005, p.19)

Nas escolas do campo deve-se privilegiar um tipo de educação que prepare os estudantes, não como um sujeito que se adapta, mas como alguém que insere no mundo e o transforma; enquanto sujeito conscientes do próprio inacabamento, mas capazes de ir além dele (FREIRE, 2013). Em seu processo de aperfeiçoamento, o homem deve compreender a si mesmo e seu contexto histórico e social, assim como a educação, entendida como fenômeno que corrobora seu desenvolvimento cognitivo e social. Valorizar as produções humanas, seus saberes, suas práticas é uma ferramenta pedagógica importante e, neste contexto, o uso dos contos populares pode transforma-se como uma possibilidade de ensino junto às escolas do campo.

### **Contos populares enquanto possibilidade educativa na educação do campo**

Os contos populares possuem uma capacidade de emocionar e gerar identificação nas pessoas, bem como uma linguagem clara e acessível a todas as idades. Além da ironia e da sátira peculiar, os contos que tratam da vida campesina, revelam injustiças, sutilezas das relações de trabalho, costumes, esperanças do homem rural, tornando-se uma matéria-prima que pode servir para contextualizar e exemplificar diferentes conteúdos disciplinares.

Este estudo valeu-se conhecimentos teóricos e de reflexões oriundas de práticas pedagógicas realizadas com estudantes do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso (IFRR-CNP) e de experiências pedagógicas obtidas a partir do projeto de extensão: Conte comigo!, realizado por alunos extensionistas em escolas e centros comunitários da zona rural do Estado de Roraima.

O projeto foi desenvolvido nas vicinais e vilas de Rorainópolis, Caroebe e Caracará e teve dois anos e seis meses de duração. Contou com cinco (5) bolsistas de extensão e seis

(6) estudantes voluntários. A proposta teve como objetivo desenvolver o gosto pela leitura dos partícipes da proposta, ampliar a compreensão sobre contos populares e a criação de atividades artístico-pedagógica nas escolas rurais da região. A escolha dos contos, a leitura, os ensaios e as dramatizações foram realizados no IFRR e, quando já estavam concluídos, eram apresentados à comunidade escolar. Os seguintes recursos pedagógicos foram utilizados junto aos alunos bolsistas: leitura individual e coletiva, análise e interpretação textual, pesquisa sobre contos regionais e nacionais, dinâmicas teatrais e aulas expositivas para tecer relações entre conteúdos nos contos selecionados.

Ao final da proposta, a partir dos relatos, da interação e do nível de envolvimento dos discentes pode-se evidenciar o quanto é válido e necessário incentivar a expressividade e a criatividade dos alunos através de práticas de oralidade que privilegiem o espaço da fala. Pelo menos uma (1) vez por mês os alunos bolsistas faziam intervenções na comunidade e organizaram atividades em escolas, igrejas e, conforme relato, até no quintal de suas residências. Através de debates após as atividades e relatos, notou-se que alguns alunos perceberam melhor os contrastes e riquezas do Brasil, outros se interessaram em ler mais contos e, por fim, uns ampliaram sua relação com vizinhos e, sobretudo, com as crianças da região.

Pode-se comprovar, pelo interesse dos envolvidos na proposta, como a oralidade é uma ferramenta que desperta o interesse sobre a realidade brasileira, contribuindo para a compreensão de conteúdos de História, Geografia e Sociologia, Literatura, etc. Ao divulgar a arte dos contos populares brasileiros e ao debater-se sobre estes, gera-se um interesse sobre valores e práticas sociais, permitindo uma maior reflexão e ampliação de sentidos dos envolvidos. Cabe ressaltar aqui o papel do professor em polemizar e relacionar as histórias ou histórias com os conteúdos programáticos, bem como dos alunos que, por iniciativa pessoal, além do tempo estipulado para o trabalho de extensão, realizavam atividades em suas casas atendendo ao pedido das crianças que os procuravam aos finais de semana.

Nas diferentes modalidades de ensino, e sobretudo, na Educação do Campo, devemos explorar conteúdos que possam ser relacionados com a vida; fugindo da dicotomia entre pragmatismo e idealismo, devemos propor práticas pedagógicas concernentes à realidade contextual e que primem pela criatividade e criticidade, para superar problema de leitura, escrita, interpretação, desmotivação, entre outros. Ainda há muito o que compreender sobre o processo

educativo, seus métodos e objetivos para ressignificar os atos de ensinar e aprender.

Nossa sociedade relegou à educação escolar um papel fundamental e percebe-se diferentes tipos de escola para atender interesses de grupos diversos. O número de escolas cresceu, o tempo dos estudantes na escola aumentou, porém, a realidade escolar precisa apontar para um aprimoramento humano, das práticas e valores sociais do homem em seu contexto. Logo, a escola deve ensinar a pensar; e o uso de contos populares se constituem como uma das ferramentas que oportunizam a prática da oralidade, o estudo de conteúdos disciplinares, aspectos subjetivos do leitor/ouvinte, sua sociabilização e participação maior junto à comunidade, incentivando os estudantes a pensar criticamente sobre seu entorno.

Ao recontar uma história, estória ou conto popular, é dada ao aluno a possibilidade de confrontar valores de temporalidades diferentes e, nesta contraposição, podemos reconhecer características, práticas e também valores de nossa sociedade. Assim, a educação torna-se ação, movimento e fenômeno ativo. O conjunto de possibilidades narrativas, próprias do fazer literário, mesclam questões humanas e atemporais (elementos e assuntos próprios da história e outros discutidos contemporaneamente). Através de uma experiência pontual acerca do uso dos contos populares no IFRR, nas escolas rurais espaços comunitários do sul de Roraima, comprovamos o quanto necessário é criarmos meios de incentivar o diálogo e troca de saberes, bem como valores como generosidade, simplicidade e a cumplicidade. Com este trabalho, ressalta-se também a importância do reconto, do “contar de novo”, elemento que permite a troca de saberes e a expressividade.

Quando falamos de reconto, já estamos cientes de que um novo texto, um novo sistema semiótico não nasce de uma inocente virginal matéria-prima, mas de ruínas de outros discursos, da relação dialógica entre o novo e o velho, da metamorfose e atualização de mitos no tempo, tempo esse entendido como transformação de espaço, e esses elementos estão presentes nos vários interpretantes: do código, do contexto e do ideológico. (FILHO, 2012, p. 211)

A educação está diretamente relacionada ao processo de formação humana, portanto, entender seu sentido permite ao homem uma mudança, uma leitura diferente sobre a realidade. Nas escolas do campo, deve-se reafirmar o compromisso de organizá-la e transformá-la promovendo ações pedagógicas que incluem a comunidade escolar, uma vez

que “ a educação não é apenas um processo institucional ou instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente, um *investimento formativo do humano*” (SEVERINO, 2006, p.621)

## Resultados

A escola do campo deve ser coerente, questionadora, transformadora; deve entender suas particularidades, deve ultrapassar o reducionismo e a reprodução de conteúdos sem sentido e razão de ser para os estudantes. Neste contexto, a oralidade, as narrativas orais, a leitura dos contos populares podem ser ferramentas pedagógicas e instrumentos artísticos para colaborar com a expressividade dos estudantes das zonas rurais e devem ser exploradas enquanto possibilidade educativa. Sabe-se que as escolas rurais possuem diferenças em relação às escolas urbanas; e estas devem ser observadas para que consigamos extrair as potencialidades que o campo tem a oferecer. O meio rural e o meio urbano possuem elementos diferenciais, presentes na fala, na relação com a natureza, na relação com a alteridade e devem considerados na elaboração dos currículos, dos planos de ensino e nas práticas educativas.

A arte de narrar e, conseqüentemente, a expressividade é temida no cotidiano escolar. Percebe-se frequentemente o embaraço, a timidez, o medo de expor-se frente ao grupo, ou seja, a faculdade de intercambiar. Esta troca é necessária, pois temos que ler o mundo de forma cada vez mais clara e objetiva. Para isto, precisamos desta interação com o outro e conosco mesmos, através da revisão de nossos conceitos e desse aprofundamento resultante do posicionamento e da expressividade. Os contos e os recontos por estarem impregnados de sapiência humana contribuem grandemente para nossa leitura e releitura do mundo e a fala, a escuta, a troca por ela facilitada enriquecem nossos sentidos e devem ser utilizadas nas atividades de ensino e, se possível, ir além, adentrando em nossos lares e atividades comunitárias.

Ler é saber se relacionar com o mundo a sua volta; mas a leitura é um diálogo e não somente uma decodificação de signos e, o ato de contar, recontar e interpretar histórias é um exercício de ampliação gradual de nossos sentidos. Atualmente, muitas experiências não são mais comunicáveis. Apesar das mídias eletrônicas e no universo virtual cada vez mais presente em nossa cotidianidade, os indivíduos estão cada vez mais isolados, as re-

lações educativas – e, sobretudo, comunitárias, estão perdendo o valor em detrimento à exacerbação do individualismo, da competitividade e demais valores impostos por nossa sociedade capitalista.

Ao entendermos que o objetivo da educação é transpor seus próprios muros, penetrar na sociedade e mudar a dinâmica social, faz-se necessário entender a defasagem entre ensino e aprendizagem e criar propostas que ampliem o diálogo, a diversidade de enfoques e que criem novas posturas e comportamentos frente ao conhecimento. Através desta experiência pedagógica, verificou-se que os contos populares podem contribuir enormemente para a Educação do campo e para a construção de uma escola comprometida com a realidade, com o meio, com as relações de trabalho e produção. O uso da oralidade promove o compartilhamento de saberes na escola e para além do espaço escolar tornando-se elemento importante para a criticidade, a expressividade das escolas do campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo – por uma educação básica do campo**. Brasília: MST - Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Senado. **Censo escolar de 2003**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114989>>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº2, de 28 de abril de 2008**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PALUDO, Conceição. **Educação popular e movimentos sociais**. In: ALMEIDA, Benedita de; ANTÔNIO, Clésio Acilino (orgs). **Educação no campo: um projeto de formação de educadores em debate**. Cascavel: UNIDEST, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi. Por uma proposta prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro. **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo, 2013.

RAMOS, Jânia. **O espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação que temos e a educação que queremos**. In: IMBERNÓN, Fernandes. **Educação no século XX: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação**: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n3, set/dez, 2006.

THEODORO, Janice. **Educação para um mundo em transformação**.

TRIVINOS, Augusto Silva. **A dialética materialista e a prática social**. Movimento, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006.